

JORNALISMO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: Uma análise do enquadramento dos portais AzMina e The Intercept sobre o antipunitivismo

Isadora, DEIP

(Pontifícia Universidade Católica do Paraná / PUCPR)

INTRODUÇÃO

Uma das propostas da Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, é a criação de centros de reeducação para os agressores. No entanto, muitos teóricos defendem que tal medida não tem sido colocada em prática. Pelo contrário, a execução da lei tem focado somente na punição dos agressores, sem um trabalho de prevenção e educação.

Veras, Costa e Castro (2014, p. 67), por exemplo, argumentam que:

(...) não adianta só institucionalizar o indivíduo acusado, se não existir, no sistema prisional, ações ou políticas que promovam a conscientização do mesmo em prol de uma mudança de atitude frente a suas vítimas e suas atitudes enquanto sujeito social.

A discussão sobre o antipunitivismo tem suas raízes no Direito e na Sociologia. Ainda cabe, no entanto, entender que papel ela ocupa nos estudos da comunicação, mais especificamente no Jornalismo.

A problemática desta pesquisa considera a análise de dois veículos jornalísticos e se dá pela seguinte pergunta: “Quais os enquadramentos dado pelos portais de notícias Revista AzMina e The Intercept Brasil ao tema antipunitivismo nos casos de violência contra a mulher?”

O objetivo geral é identificar qual o enquadramento dado por reportagens selecionadas dos portais de notícias AzMina e The Intercept ao tema antipunitivismo nos casos de violência contra a mulher.

Já os objetivos específicos consistem em: delimitar os conceitos de violência de gênero e de antipunitivismo; apontar parâmetros para uma cobertura ética da violência contra a mulher com base em manuais jornalísticos; identificar se as reportagens analisadas do The Intercept e da AzMina atendem aos critérios estabelecidos; detectar características dos portais que os classifiquem como iniciativas de jornalismo independente e levantar convergências e divergências entre o enquadramento proposto pela Revista AzMina e pelo portal The Intercept a um mesmo tema, o antipunitivismo.

A metodologia empregada é a análise de conteúdo, apoiando-se na teoria do enquadramento/framing. Os critérios utilizados na análise são os estabelecidos por Motta (2008) para a cobertura de pautas sociais e os definidos pelo Instituto Patrícia Galvão (2019) para nortear uma cobertura ética da violência de gênero.

A COBERTURA JORNALÍSTICA ANTIPUNITIVISTA

Alguns autores que fundamentam este trabalho são Porto (2008), Entman (1993), Goffman (1974), Teles e Melo (2002) e Monteiro (2017). A análise realizada proporcionou um entendimento sobre os diferentes enquadramentos propostos pelo The Intercept e pela Revista AzMina ao tratarem do antipunitivismo e da violência de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os manuais com diretrizes para a cobertura da violência de gênero e o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros permitiram compreender como a violência contra a mulher pode ser retratada de forma ética e humanizada pelos veículos. Inferiu-se que uma cobertura eficaz deste tema deve não apenas informar, mas conscientizar.

A partir da análise dos conteúdos com os critérios de Motta (2008) e do Instituto Patrícia Galvão (2019), foi possível perceber as diferenças e as semelhanças entre o enquadramento da AzMina e do Intercept ao antipunitivismo, bem como levantar as características mais marcantes da cobertura de cada portal.

Uma das contribuições centrais deste estudo é a discussão sobre novos caminhos para enfrentar a violência de gênero e, principalmente, acerca de novas formas de abordar este tema na mídia. Como levantado a partir dos manuais de cobertura, grande parte dos veículos brasileiros usam técnicas sensacionalistas na cobertura desses crimes, expondo corpos de vítimas e romantizando a relação entre a mulher e o agressor.

Já o The Intercept e a AzMina, cada qual à sua maneira, indicam nas matérias que há um contexto cultural por trás da violência de gênero, marcado pelo machismo estrutural. A cobertura antipunitivista, ao invés de somente tratar do crime em si, traz novas reflexões para um tema que, diariamente, permeia os noticiários brasileiros.

REFERÊNCIAS

ENTMAN, Robert M.; ROJECKI, Andrew. **Freezing out the public: Elite and media framing of the US anti-nuclear movement.** 1993.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis: An essay on the organization of experience.** Harvard University Press, 1974.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê Femicídio #InvisibilidadeMata.** 2016.

Disponível em:

<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/femicidio/o-dossie/>. Acesso em: 2 abr. 2022.

MONTEIRO, Ana Luiza de Carvalho. **A cobertura jornalística da violência contra as mulheres: Uma análise das mudanças trazidas pelas leis do Femicídio e Maria da Penha.** 2017. 86 f. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em:

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/19641/1/2017_AnaLuizadeCarvalhoMonteiro.pdf. Acesso em: 26 out. 2021

MOTTA, Luiz Gonzaga. E agora? Urgente colocar o social no centro da pauta jornalística. In: CANELA, Guilherme (Org.). **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo.** São Paulo: ANDI/Cortez, 2008, pp. 333-342

PORTO, Mauro P. A mídia e a avaliação das políticas públicas sociais. In: CANELA, Guilherme (Org.). **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo.** 1. ed. São Paulo: ANDI/Cortez, 2008. P. 333-342.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

VERAS, Érica Verícia Canuto de Oliveira; COSTA, Jackeline; CASTRO, Maria Ildérica. Programa de agressores como parte da resposta coordenada da comunidade: A experiência do grupo reflexivo de homens no Ministério Público do Rio Grande do Norte. **Fides: Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade,** Natal, v. 5, n.1, p. 65-83, 2014. Disponível em: <http://www.revistafides.ufrn.br/index.php/br/article/view/167/173>. Acesso em: 19 nov. 2021.